

Para além da propriedade intelectual: a Indicação de Procedência (IP) Matas de Minas como mecanismo de desenvolvimento rural

Gustavo Bastos Braga

Universidade Federal de Viçosa – Viçosa – Minas Gerais – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7289-331X>

Gonimar Venâncio Teixeira Marques

Universidade Federal de Viçosa – Viçosa – Minas Gerais – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0949-3599>

Resumo

A Indicação de Procedência (IP) Matas de Minas é uma modalidade de Indicação Geográfica (IG) que tem a finalidade de diferenciar os cafés especiais produzidos na Região das Matas de Minas - Minas Gerais, Brasil. O objetivo deste estudo foi analisar se o processo de reconhecimento da IP contribui para o desenvolvimento rural da região. Para tanto, realizou-se estudo de caso descritivo e exploratório, utilizando a Análise de Redes Sociais (ARS) combinada com a análise de entrevistas, revisão documental e de literatura. Como resultado, observou-se que o processo de reconhecimento da IG é capaz de estruturar uma rede social que pode fortalecer o território. Portanto, além de diferenciar o café, o que lhe agrega valor de mercado, a IP foi capaz de promover a organização socioeconômica e produtiva condicionada a pressupostos existentes no local, como as associações e cooperativas, e o combate ao oportunismo de mercado. Além disso, constatou-se que o processo de reconhecimento deste signo distintivo de origem, também conhecido como ferramenta de propriedade intelectual, dependeu da participação dos produtores, da sociedade local e dos setores público e privado, promovendo o desenvolvimento rural na região.

Palavras-chave: Diferenciação. Organização territorial. Análise de rede social. Café.

Beyond intellectual property: the Indication of Precedence (IP) Matas de Minas as a rural development mechanism

Abstract

The Matas de Minas Indication of Precedence is a type of Geographic Indication (GI) that aims to differentiate specialty coffees produced in the Matas de Minas Region - Minas Gerais, Brazil. Our study aimed to analyze whether the IP recognition process contributes to rural development in the region. To this end, a descriptive and exploratory case study was carried out, using Social Network Analysis (SNA) combined with interview, document and literature

review analysis. As a result, it was observed that the GI recognition process is capable of structuring a social network that can strengthen the territory. Therefore, in addition to differentiating coffee, which adds market value, IP was able to promote socioeconomic and productive organization when recognized based on existing local assumptions, such as associations and cooperatives, and the confrontation against market opportunism. Furthermore, it was verified that the process of recognizing this distinctive sign of origin, also known as an intellectual property tool, relied on the participation of producers, local society and public and private sectors to helping promote rural development in the area.

Keywords: Differentiation. Territorial organization. Social network analysis. Coffee.

Más allá de la propiedad intelectual: la Indicación de la Procedencia (IP) Matas de Minas como mecanismo de desarrollo rural

Resumen

La Indicación de Origen (IO) de Matas de Minas es un tipo de Indicación Geográfica (IG) que tiene como objetivo diferenciar los cafés especiales producidos en la Región de Matas de Minas - Minas Gerais (MG), Brasil. El objetivo de este estudio fue analizar si el proceso de reconocimiento de la propiedad intelectual contribuye al desarrollo rural de la región. Para eso, se llevó a cabo un estudio de caso descriptivo y exploratorio, utilizando Análisis de Redes Sociales (SNA) combinado con análisis de entrevistas, revisión de documentos y literatura. Como resultado, se observó que el proceso de reconocimiento de IG es capaz de estructurar una red social que puede fortalecer el territorio. Por lo tanto, además de diferenciar el café, que agrega valor de mercado, el IP logró promover la organización socioeconómica y productiva condicionada a supuestos locales, como asociaciones y cooperativas, y la lucha contra el oportunismo de mercado. Además, se constató que el proceso de reconocimiento de este signo distintivo de origen, también conocido como herramienta de propiedad intelectual, dependió de la participación de los productores, la sociedad local y los sectores público y privado, promocionando el desarrollo rural de la región.

Palabras clave: Diferenciación. Organización territorial. Análisis de redes sociales. Café.

1 Introdução

As indicações geográficas (IGs) podem ser compreendidas como signos que distinguem produtos ou serviços. Conforme a Lei de Propriedade Industrial (LPI), (Brasil, 1996), as IGs são classificadas nas modalidades de Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO). Também são denominadas de mecanismos ou ferramentas de direito de propriedade intelectual que certificam além da origem outros atributos, como a qualidade (Niederle; Mascarenhas; Wilkinson, 2017), sendo consideradas como instituições de direito coletivo, por serem utilizadas por todos os produtores estabelecidos em determinada área de abrangência (Veloso, 2008).

Essas ferramentas de direito de propriedade foram inicialmente criadas com o intuito de coibir adulterações e falsificações de produtos de origem agropecuária que adquiriram reputação e valor de mercado. Ao longo da história esse fato esteve muito ligado ao vinho (Bruch, 2011). A criação da primeira região de origem reconhecida internacionalmente correspondeu à Região do Vale do Douro, em Portugal. Conforme Moreira (1998), foi no processo de criação da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto do Douro (CGAVAD), em 1756, que se delimitou a referida região. Portanto, as primeiras indicações geográficas com reconhecimento

internacional foram estabelecidas na Europa.

Na América Latina, estes signos distintivos passaram a ser estabelecidos, reconhecidos e ter seu uso regulamentado somente no século XX, sendo a primeira IG reconhecida no México para o produto Tequila, em 1974 (Bowen, 2012).

No Brasil, a primeira IG reconhecida foi a IP Vale dos Vinhedos (IPVV), em 2002, no estado do Rio Grande do Sul, para o vinho. Para o produto café, a primeira IG brasileira reconhecida foi a Região do Cerrado Mineiro, Minas Gerais, em 2005, na modalidade de IP, a partir da criação do Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado (CACCECER). Em 2013, essa IG obteve o registro na modalidade de DO. Assim, Minas Gerais é o estado com maior número de IGs registradas (19) (SEBRAE, 2024).

No Brasil, os processos de reconhecimento de IG iniciaram a partir da década de 90. No contexto da internalização de acordos internacionais, como o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (ADPIC/OMC-1995), Brasil (1994), bem como da promulgação da LPI em 1996, do atendimento aos dispositivos da Constituição Federal de 1988 e de outros fatores de ordem social e de segurança alimentar.

O rito legal para reconhecimento de uma IG, de maneira que ela seja aceita internacionalmente, deve ser realizado junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), autarquia criada pela Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970 (Brasil, 1970); que juntamente com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) formam o principal sistema fomentador de IGs no país. O suporte técnico e social para a elaboração dos pedidos de registro tem sido feito pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), organizações sociais (associações de produtores, cooperativas e sindicatos) e universidades (Mata *et al.*, 2024).

Em 2005, o MAPA criou a Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários (CIG). A sua criação ocorreu no contexto das negociações da rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). O estabelecimento de uma estrutura voltada para fortalecer e dinamizar o estabelecimento das IGs no Brasil contribuiu para o reconhecimento desses signos distintivos como ferramentas que promovem o desenvolvimento rural e incentivam o crescimento e fortalecimento da agropecuária brasileira (Santiago *et al.*, 2019).

Neste contexto, tem-se formado no Brasil uma estrutura burocrática sólida voltada para o reconhecimento das IGs, o que demonstra seu grande potencial para fomentar o desenvolvimento rural e a proteção dos produtos no mercado internacional. Niederle (2014) explica que a IG vai além de uma forma de expressão da qualidade vinculada à origem dos produtos, pois se relaciona a um conjunto de processos promotores de uma mudança institucional. Matos e Braga (2023) ressaltam que a diferenciação pela qualidade, gestão, comunicação, associativismo e a legislação são impulsionadores de competitividade das IGs.

Quando questionada se as IGs promovem o desenvolvimento rural das regiões onde são estabelecidas, existe na literatura consolidada discussão afirmando que o reconhecimento de uma IG impacta positivamente no desenvolvimento rural (Anjos; Criado; Caldas, 2013; Cazella *et al.*, 2019; Demier *et al.*; 2020; Gonçalves *et al.*, 2020; Prado *et al.*; 2022; Venâncio *et al.*; 2023; Mata *et al.*, 2024). Contudo, para que a IG promova o desenvolvimento rural, é necessário que a obtenção do seu registro no INPI apenas uma das etapas de um complexo e contínuo e não seja o objetivo final

dos envolvidos (Cerdan, 2009; Nunes; Bandeira; Nascimento, 2012; Anjos; Criado; Caldas, 2013; Vieira; Pellin, 2015).

Assim, para entender o papel da IG no desenvolvimento rural de determinada região, necessita compreender a forma de produção, a relação histórica das pessoas com o produto e o território. Pois, os produtos diferenciados por um signo distintivo, para além da diferenciação pela origem, estão relacionados ao território, ao saber fazer, à cultura e tradição dos produtores. Portanto, o objetivo deste estudo é analisar se o processo de reconhecimento da IP Mata de Minas contribui para o desenvolvimento rural da região. Dentre as regiões que atualmente produzem café no país, essa é mais antiga, pois a cultura já se apresentava economicamente viável desde início do século XIX (Valverde, 1958; Singulano, 2015; Machado, 2017). Sendo, portanto, uma das áreas de maior importância na produção de café no Brasil.

2 Referencial teórico

Estudos da Nova Sociologia Econômica (NSE) contribuem para preencher as lacunas deixadas pela Economia Clássica e Neoclássica, pois explica a partir de conceitos da sociologia, a ação econômica. Conceitos como “*homo economicus*” e “individualismo metodológico” são discutidos de modo que sejam complementados pela concepção, por exemplo, do conceito de imersão (*embeddedness*) (Granovetter, 1973, 2007; Polanyi, 2000). Segundo Granovetter (2007), o agente econômico não é super socializado, como compreendido pela sociologia, tampouco sub socializado, como descrito pela teoria econômica clássica e neoclássica. Para o autor, este se posiciona inter e intra conectado numa rede de relações sociais e a ação econômica está imersa nas relações sociais.

A ação econômica, para Granovetter e Swedberg (1992), corresponde a uma forma de ação social e as instituições econômicas são construções sociais. Assim, teoria da NSE também auxilia a compreender como as instituições refletem as condições sociais em que estão inseridas. Essa ideia sugere que o agente econômico não age de forma estritamente individual como supõe o *mainstream* econômico, tampouco extremamente constrangido pela ação social, como supõe a Sociologia Econômica Clássica. Portanto o agente econômico se encontra numa posição onde sua ação está imersa nos laços interpessoais (Granovetter, 2007).

O conceito de “imersão” (*embeddedness*), proposto por Polanyi (2000) e desenvolvido por Granovetter (2007) na forma de um problema que posiciona a ação econômica dentro da estrutura social, pode explicar como a ação econômica de reconhecer uma IP, com a finalidade de diferenciar o café, está imersa na rede de relações sociais existentes na região das Matas de Minas. Condição que, hipoteticamente, é capaz de promover o desenvolvimento rural.

Desta forma, discute-se o problema da imersão pela Análise de Redes Sociais (ARS). Pois, sugere-se que a partir da análise do Espaço Relacional (ER) formado pelos envolvidos no processo de reconhecimento da referida IP seja possível descrever o processo de desenvolvimento rural existente no território.

A noção de rede social e os métodos de ARS podem ser considerados uma sequência de etapas e procedimentos aplicados em uma pesquisa sociométrica. Para Higgins e Ribeiro (2018), os estudos sociométricos iniciam com Simmel, no século XIX;

Wasserman e Faust (1994) descrevem que a representação e a quantificação das relações sociais com o uso de sociogramas teve início com Jacob Levy Moreno por volta de 1930, sendo aperfeiçoada desde então. Já Fialho (2015), descreve que o conceito de rede social foi utilizado pela primeira vez em 1954 por John Barnes.

A metodologia de ARS usa uma gama de conceitos (Emirbayer; Goodwin 1994). Por exemplo, definem que a rede social é um conjunto de relações sociais ou laços sociais entre um conjunto de atores em que os próprios atores estão vinculados, assim, a ARS investiga a estrutura social. Marques (2007) corrobora definindo a ARS como um conjunto de ferramentas analíticas utilizada no estudo de casos específicos de arranjos sociais, onde o objetivo é analisar as relações neles existentes; enquanto Marteleto (2001) complementa que a ARS não deve ser o objetivo final do estudo, uma vez que é por meio dela que se realizam as análises de estruturas sociais cujo objetivo é explicar alguns fenômenos sociais.

O estudo do ER na ARS se fundamenta na perspectiva de que existam conexões entre os atores sociais. Essas conexões, descritas por Granovetter (1973) como “laços sociais” são responsáveis por prover capital social aos atores e à estrutura. Conforme Wasserman e Faust (1994), os grafos, que são as estruturas matemáticas da rede social se constituem por dois tipos de informações: os nós (*nodes*) e as conexões (*ties*), em que a partir da análise matemática da estrutura (quantitativa) e da sua análise visual (qualitativa) é possível descrever uma rede social.

Além disso, Granovetter (2007) ressalta que existe uma dinâmica social no comportamento dos atores dentro das redes. É a partir dessa dinâmica social que surgem as relações econômicas. Assim, as relações econômicas estão imersas na dinâmica social em determinado território, criando o que Vale (2007) denomina de capital relacional. Logo, a ARS deve considerar a movimentação do agente dentro das redes, sendo, portanto, uma das formas mais completas para se observar como a economia está imersa na ação social (Mizruchi, 2006).

As conexões de uma rede social são classificadas como “fortes” ou “fracas”, demonstrando a intensidade da relação (Granovetter, 1973). Dessa forma, a posição dos atores na estrutura reticular demonstra seu *status* perante aos demais. Portanto, dependendo da posição que ele ocupa é possível avaliar sua capacidade de tecer relações ou de exercer seu poder. Outra característica de uma rede social a ser analisada é a conformação da estrutura, capaz de explicar o trânsito de informações dentro dela, sua eficácia em garantir os interesses ou proporcionar oportunidades aos atores.

Estudos como Granovetter (1973) e Mizruchi (2006) auxiliam na compreensão de como a criação de instituições econômicas está imersa na ação social. A análise da teoria acompanhada da compreensão da formação histórica, política e socioeconômica servem como arcabouço analítico (Comerford, 2003; Pires, 2007; Soares, 2009; Carneiro, 2013; Vitoretto, 2016; Freire; Andrade, 2019)

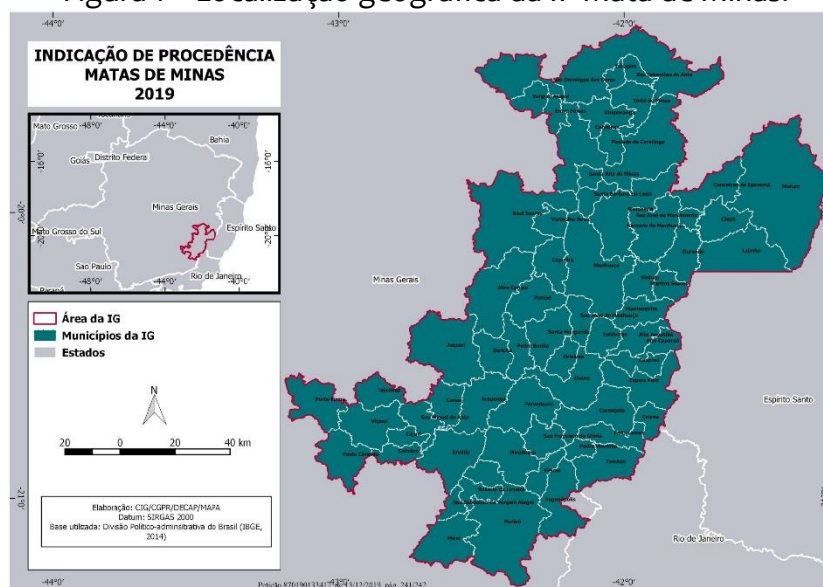
3 Metodologia

O estudo analisou se o processo de reconhecimento da IP Matas de Minas, Minas Gerais, contribui para o desenvolvimento rural da região. A IP Matas de Minas

está localizada na área das bacias hidrográficas do Rio Paraíba do Sul, do Rio Doce e do Rio Itabapoana no leste do estado (Figura 1). Região que atualmente vem sendo reconhecida pela origem de cafés de qualidade especial (Machado, 2017).

A IP é composta por 64 municípios¹ localizados nas regiões de planejamento da Zona da Mata e do Vale do Rio Doce, no estado de Minas Gerais. Anteriormente denominada Zona da Mata, reconhecida pelo atraso sócio-tecnológico e origem de cafés de má qualidade, a região passou a ser chamada pelo nome Matas de Minas.

Figura 1 – Localização geográfica da IP Mata de Minas.



Fonte: INPI, 2024.

O estudo foi realizado por meio de uma investigação holística dos processos históricos, políticos e socioeconômicos que originaram e foram condicionantes do movimento associativo das pessoas e entidades que integram o Conselho da Entidades do Café das Matas de Minas (CECMM²).

Para tanto, adotou-se a abordagem quali-quantitativa em que se caracterizaram os atores do processo de criação da IP Mata de Minas, bem como analisou-se os padrões dos “laços” formados entre eles, sendo aplicados: a ARS, análise de entrevistas, revisão documental e de literatura. Os dados e informações primárias utilizadas na ARS e na análise das entrevistas foram obtidos mediante a aplicação de questionário sociométrico e de um roteiro semiestruturado para as

¹ Abre Campo, Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Araponga, Caiana, Cajuri, Canaã, Caparaó, Caputira, Carangola, Caratinga, Chalé, Coimbra, Conceição de Ipanema, Divino, Durandé, Entre Folhas, Ervália, Espera, Feliz, Eugenópolis, Faria Lemos, Fervedouro, Imbé de Minas, Inhapim, Jequeri, Lajinha, Luisburgo, Manhuaçu, Manhumirim, Martins Soares, Matipó, Miradouro, Mirai, Muriaé, Mutum, Orizânia, Paula Cândido, Pedra Bonita, Pedra Dourada, Piedade de Caratinga, Porto Firme, Raul Soares, Reduto, Rosário da Limeira, Santa Bárbara do Leste, Santa Margarida, Santa Rita de Minas, Santana do Manhuaçu, São Domingos das Dores, São Francisco do Glória, São João do Manhuaçu, São José do Mantimento, São Miguel do Anta, São Sebastião da Vargem Alegre, São Sebastião do Anta, Sericita, Simonésia, Teixeira, Tombos, Ubaporanga, Vargem Alegre, Vermelho Novo, Viçosa e Vieiras.

² Coocafé, Sicoob Credicaf, Sicoob Credisudeste, Sicoob União, Sicoob Credlivre, Credicooper, Sindicato Rural, Sindicato Rural, Sicoob Credcooper, Sindicato Rural, Scamg, Hanns R. Neumann Stiftung do Brasil.

entrevistas.

A etapa de campo foi realizada após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Viçosa (CEP-UFV), que emitiu o parecer substanciado CEP-UFV nº 4.789.833, em 18 de junho de 2021. Assim, as entrevistas foram conduzidas de forma remota e os questionários foram aplicados via internet entre os meses de agosto e outubro de 2021. A busca dos documentos foi conduzida em conjunto com as outras etapas de campo, como reuniões e participação em dias de campo.

A ARS foi utilizada para descrever o ER, formado pelos atores envolvidos na cadeia produtiva do café da região. Para tanto, o estudo compreendeu o período que iniciou na desregulamentação do mercado de café ocorrido no início da década de 1990 até o estabelecimento do registro da IP em 2020. Utilizou-se o *software* UCINET, versão 6 (Borgatti *et al.*, 2002) para quantificar a rede, e os grafos foram gerados por meio do *Netdraw* (Borgatti, 2002), conforme sugerem Higgins e Ribeiro (2018).

Realizaram-se quatro entrevistas semiestruturadas com os participantes do processo de reconhecimento da IP. Os entrevistados foram escolhidos com base nas entidades que compõem o CECMM, sendo a escolha por “conveniência” (Gil, 2002). O questionário sociométrico foi utilizado para a coleta, levantamento de dados e informações usadas na ARS, conforme sugerem Wasserman e Faust (1994), sendo aplicado via Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para 17 pessoas, das quais 13 responderam integralmente.

4 Resultados e Discussão

A literatura consultada apresentou que a região das Matas de Minas é a área geográfica mais antiga do Brasil onde ainda se pratica uma cafeicultura significativa. Conforme Singulano (2015, 2016), esta região ainda possui uma produção expressiva se comparada a outras como o vale do Rio Paraíba do Sul, norte-fluminense e oeste paulista. Conforme a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2024), as regiões da Zona da Mata/Rio Doce e Central, atual Mata de Minas, está entre as áreas com maior produção de café do Brasil. A CONAB prevê uma safra para 2024 em torno de 7,89 milhões de sacas de 60 kg de café, ficando somente atrás da região que engloba o Sul de Minas e o Centro-Oeste do estado, com previsão de 14,93 milhões de sacas do grão beneficiado (CONAB, 2024).

A produção de café na região, mesmo sendo expressiva é pouco explorada em estudos e trabalhos de cunho técnico e tecnológico, se comparada à região do Cerrado Mineiro, por exemplo. Mesmo assim, existe uma literatura considerável sobre a formação histórica, política e socioeconômica da região. Sugerindo que isso se deva à falta de interesse dos pesquisadores devido à formação socioeconômica e cultural da região. Pois, de acordo com Singulano (2016), a formação sociocultural da cafeicultura nas Matas de Minas esteve relacionada majoritariamente a um tipo de agricultor tradicional, pouco tecnificado.

O termo Matas de Minas é um topônimo relativamente novo, cujo uso mais amplo é observado somente em documentos e textos elaborados a partir da década de 90. Pois, esse nome foi utilizado pela primeira vez para se referir a região na Portaria nº 165 do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) (Instituto Mineiro de

Agropecuária - IMA, 1995). Essa norma delimitou a região e a denominou Região das Montanhas das Minas, atualmente formalizada como Matas de Minas. A documentação que delimita, caracteriza e descreve as Matas de Minas ainda é escassa, o que não significa que ela não tenha se tornado reconhecida pela qualidade do café que produz. Pois, este é um pré-requisito essencial para que seja concedido o registro da IP junto ao INPI.

A análise dos documentos demonstrou empenho do poder público de Minas Gerais em estruturar a política para o setor cafeeiro dentro do estado. Comprovado pela criação do Programa Estadual de Incentivo à Certificação da Origem do Café, o CERTICAFÉ, por meio do Decreto nº38.559, de 17 de dezembro de 1996 (Minas Gerais, 1996). Também, verificaram-se iniciativas do governo federal para incentivar o registro e promover o estabelecimento de IGs, principalmente a partir de 2003. Conforme Tápias (2005), Pellin (2019) e Santiago *et al.* (2019), esse esforço se traduziu na criação de estruturas como a CIG, no ano de 2005.

Com a liberalização do mercado cafeeiro no início da década de 90, os produtores ficaram desamparados da proteção estatal proporcionada pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), sendo obrigados a diferenciar o café que produziam para atender às demandas de um novo mercado consumidor mais exigente. Além disso, os produtores passaram a ser cobrados, a partir do mercado, pela certificação da sua produção. Garantias de produção sustentável quanto a quesitos sociais e ambientais, além das certificações que garantem segurança alimentar e rastreabilidade do café, passam a ser constantemente exigidos pelos consumidores. Assim, a diferenciação, a certificação e o aporte de tecnologia são algumas tendências do mercado do café brasileiro que se realizam no cenário atual (Rati, 2015).

No setor privado existe um esforço que atua por meio do SEBRAE em parceria com produtores de café na região. O SEBRAE é a principal organização privada incentivadora do processo de reconhecimento das IGs no país. Segundo Vianna e Pandolfo (2021), o SEBRAE atuou no processo de reconhecimento da maioria das IGs brasileiras registradas pelo INPI. No caso da IP Matas de Minas, o SEBRAE-MG começou atuando na região junto com a Associação de Cafés Especiais de Minas Gerais (SCAMG).

A partir da demanda do novo mercado de café, diversas entidades brasileiras do setor público, privado ou da sociedade civil organizada vêm apostando no reconhecimento e estabelecimento de IGs. Esses signos além de garantir a originalidade do café produzido nas diversas regiões do Brasil, certificam a qualidade do produto e promovem o desenvolvimento rural (Anjos; Criado; Caldas, 2013).

Características relacionadas à maior visibilidade do produto podem criar outros campos ou nichos de mercado para atividades complementares, fortalecendo o turismo e a gastronomia, conforme menciona Minasse (2022). Foram notados estímulos ao desenvolvimento de questões como a proteção ambiental e a preservação do patrimônio local.

4.1 A busca pelo desenvolvimento rural: ressignificando uma região

Os fatores sociais são tão importantes quanto os puramente econômicos no contexto da produção de café. Em países em desenvolvimento, as IGs além de

servirem como ferramentas para inibir a falsificação e adulteração de produtos e serviços, são ainda promotoras do desenvolvimento rural. O Brasil possui uma regulamentação de indicações geográficas recente, que é feita principalmente por meio da LPI e da Instrução Normativa nº095, de 28 de dezembro de 2018, do INPI (BRASIL, 2018).

Processos socioeconômicos como a organização em associações de produtores, cooperativas e sindicatos foram essenciais para promover reconhecimento da IP. Por isso se torna importante manter uma articulação e coordenação dos produtores por meio de suas organizações representativas, seja de caráter político, econômico e cooperativo (Perosa; Jesus; Ortega, 2017).

O estudo de caso, evidenciou que a organização dos cafeicultores em associações, cooperativas e sindicatos, mesmo que incipiente, surtiu resultados como o processo de reconhecimento da IP. Pois, como descrevem Perosa, Jesus e Ortega (2017), obter o registro da IG no INPI não é sinônimo de construção de uma identidade territorial, mas que é a própria organização dos produtores que buscam a certificação, resultado da identidade preexistente no território. Além disso, Anjos, Criado e Caldas (2013) descrevem sobre a importância de se compreender as IGs como formas de promoção do desenvolvimento rural de territórios em países em desenvolvimento. Neste caso, os autores salientam para a necessidade de haver condições sociais econômicas e culturais preexistentes nos locais onde forem estabelecidas. Nas palavras dos autores:

[...] as indicações geográficas podem converter-se em um importante instrumento para o desenvolvimento de muitas zonas rurais do Brasil, sempre e quando exista uma base conceitual mais ampla, a qual estabeleça a identidade cultural dos territórios no centro das estratégias de intervenção dos entes públicos ou privados interessados nesses processos (Anjos; Criado; Caldas, 2013, p. 209).

A IP analisada está se vinculando ao território, ao modo de produção, colheita e beneficiamento, se tornando um importante mecanismo de desenvolvimento rural. Neste aspecto, Vieira e Pellin (2015) também concluem que uma grande contribuição das IGs na esfera econômica, uma vez que agregam valor financeiro ao produto.

Pesquisas como as de Anjos, Criado e Caldas (2013), Anjos, Silva e Caldas (2020) e Demier *et al.* (2020) apresentam as IGs como uma construção social. Segundo os autores, o estabelecimento e o reconhecimento de uma IG podem ser considerados afloramento de um processo de desenvolvimento rural preexistente no território. Por isso chamam a atenção para a necessidade da participação ampla dos produtores rurais no processo.

Silva *et al.* (2012), Niederle, Mascarenhas e Wilkinson (2017) abordam o processo de institucionalização e governança das IGs no Brasil. Para eles, existem diversos atores em diferentes escalas e níveis governamentais quando se pretende registrar uma IG. O processo de institucionalização das IGs faz parte do movimento de cooperativas e associações locais, envolvendo entidades de nível internacional, incluindo órgãos de várias instâncias do governo. Portanto, sugerem que o reconhecimento das IGs deve ser realizado de maneira que ultrapasse a questão central do Estado como balizador do processo de registro, tal como ainda é feito pelo INPI.

A criação de instituições como as IGs pode ocorrer tanto de forma endógena quanto de forma exógena ao processo social de determinada região. Essa proposição é apresentada por Anjos, Silva e Caldas (2020), quando compara a DO Vale dos Vinhedos (DOVV) com a IP Carne do Pampa Gaúcho (IPCPG). Como demonstram os autores, a DOVV obteve sucesso devido à participação ampla dos produtores de uva, e a IPCPG, por não ter adesão dos produtores de gado de forma ampla, se encontra mais frágil e não tem surtido o efeito esperado de incentivo ao desenvolvimento rural.

Souza (2006) ressalta que a origem de produtos agropecuários como o café se transformou numa estratégia de diferenciação, como iniciativas individuais de famílias e fazendas mais tradicionais (*estate coffees*) ou de empresas torrefadoras de pequeno porte, uma vez que no passado os requisitos de qualidade estavam relacionados com o processo de beneficiamento (classificação e torrefação), já a partir de meados da década de 2000, observa-se que a busca pela qualidade se volta para as formas e técnicas de produção (tratos culturais, a colheita e pós-colheita). Atualmente, evidencia-se que a qualidade está vinculada à atividade do cafeicultor.

As IGs são mecanismos eficientes de diferenciação, o que pode ajudar os pequenos produtores a competir no setor agroalimentar. Pois em um ambiente que tende a aumentar a competição e o domínio das grandes corporações, “a presença de pequenos produtores só se viabiliza a partir da diferenciação de seus produtos e da diversificação dos seus canais de venda” (Mascarenhas; Wilkinson, 2014, p. 10).

Conforme Singulano (2016) e Singulano e Higgins (2021), até 1990, a política cafeeira era conduzida na esfera federal pelo IBC, e com a extinção dessa autarquia pelo Decreto nº 99.240, de 07 de maio de 1990 (Brasil, 1990), a política foi fragmentada e o estado de Minas Gerais com o tempo incorporou as áreas referentes à pesquisa, assistência técnica e extensão rural. A política ficou a cargo da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), do IMA e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG).

Nesse contexto, com a Portaria nº 165, de 27 de abril de 1995 (IMA, 1995), o IMA delimitou as regiões produtoras de café, demonstrando esforço do poder público direcionado para a delimitação das regiões produtoras, com a finalidade da certificação com a finalidade de valorizar o café. Esse regulamento estabeleceu a delimitação e denominou a área de cafeicultura como Região das Montanhas de Minas. Porém essa portaria foi alterada por sucessivas vezes, resultando nas Portarias nº 937 e 401, de 2000 e na Portaria nº 437 de 2001, que denomina a região como Matas de Minas (IMA, 2000, 2001).

Nos últimos 15 anos, o setor privado ligado à cafeicultura da região também procurou reorganizar o setor através da implantação do projeto Foco Competitivo do Café das Matas de Minas, metodologia adotada pelo SEBRAE-MG baseada em quatro pilares: governança, qualidade, identidade e mercado. Dentro dessa metodologia, trabalhou-se a governança junto aos produtores, criando o CECMM. Depois a qualidade, com pesquisadores do Centro de Excelência do Café das Matas de Minas (CEC). Em seguida, institucionalizou-se a identidade, com a criação da marca coletiva “Região das Matas de Minas”, em 2017. E finalmente, passou-se a trabalhar o mercado, pois este não conhecia o café originário das Matas de Minas e a relacionava com o Sul de Minas, conforme as palavras de um entrevistado:

[...] a primeira coisa que aconteceu foi o registro da marca coletiva né. E, avançando na marca coletiva vendo o trabalho que o Cerrado faz e que ele até hoje ele trabalha muito essa questão da Indicação Geográfica, Indicação de Procedência, nós identificamos que seria necessário a região também ter a Indicação de Procedência, indicação geográfica, porque é um território extremamente importante para a economia regional. Devido a sua característica bem peculiar na produção de cafés, cafés com diferentes sabores, nuances e, são 63 [64] municípios produtores. Então nós enxergamos que seria mais um valor agregado para a região e também essa região até pouco tempo atrás, ..., ela era desconhecida pelo mercado. Ela era assim, o mercado entendia que nosso café era café de Varginha. E hoje com a marca coletiva, com a indicação geográfica e com a Indicação de Procedência, eu acho que isso está dando uma conotação muito para o mercado e o mercado hoje está pagando pouco mais nesse café, porque o produtor também, com a Indicação Geográfica com o selo das Matas de Minas, ele começou a melhorar a qualidade do produto. Então hoje a nossa região é reconhecida pelo mercado, ainda falta muito o que fazer, mas hoje nós temos um nome, nós temos um território demarcado, com um solo espetacular na produção de café. (Entrevista realizada com um participante do processo de reconhecimento da IP em 23/08/2021).

Conforme apresentado, é a partir das relações sociais que se criou um conjunto de normas e regras com a finalidade econômica. Assim, nas Matas de Minas, o estabelecimento de relações entre produtores de café, organizações sociais, atores do Estado e do mercado cafeeiro, observando como os atores da região do Cerrado Mineiro reconheceram sua IG, algumas lideranças estabeleceram uma rede de relações sociais em torno do processo de reconhecimento da IP.

Neste contexto, em 2010, uma equipe de técnicos do SEBRAE-MG buscou soluções para a falta de uma estrutura de governança e de representação da região das Matas de Minas junto ao CEC, localizado dentro da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG, conforme evidenciado no relato de um dos entrevistados:

[...] eu recebi a visita de quatro jovens, na época jovens funcionários/técnicos do SEBRAE – MG e eles tinham uma preocupação. Eles me confessaram a preocupação interessante que eles diziam o seguinte, é eles tinham feito uma pesquisa sobre a Zona da Mata e identificaram que o café era o principal produto agrícola da região e contribui muito com PIB nacional, e o SEBRAE então tinha o interesse em fazer alguma coisa para o café. Eles então me perguntaram o nome da instituição que representaria os cafeicultores da Zona da Mata, porque eles queriam conversar e começar a pensar em algo a fazer para a Zona da Mata. Eu então falei pra eles que não tinha uma governança na Zona da Mata, ao contrário, por exemplo, da região do Cerrado, que tem uma rede, uma governança institucionalizada, lá com cooperativas, com o conselho das federações cooperativas do Cerrado e na Zona da Mata não tinha nada igual. (Entrevista realizada com um participante do processo de reconhecimento da IP em 10/08/2021).

Observa-se assim o início da formação do ER entre o SEBRAE-MG, a SCAMG e atores da UFV sobre o arcabouço legal instituído pelo Estado de Minas Gerais. A organização dessas entidades foi responsável pela criação de um novo sistema de gestão da cafeicultura das Matas de Minas - o CECMM. Essa entidade submeteu pedido de registro da IG ao INPI, em 2018, tendo sido reconhecida 2020.

Acerca de documentos que oficializaram o início da rede social entre as pessoas ou entidades não foram encontrados, o que leva a crer que organização dos atores foi institucionalizada a partir do estabelecimento do estatuto que criou o CECMM. Além do estatuto, deu-se caráter formal somente a alguns processos específicos exigidos em lei para o reconhecimento da IP. Mesmo não sendo regida por atos puramente econômicos, a rede social estabelecida em torno do CECMM, conseguiu criar a marca coletiva “Região das Matas de Minas”, organizar o “Conselho das Entidades do Café das Matas de Minas” e registrar a IP, alcançando seu reconhecimento. Conforme relatado nas entrevistas, tais instituições foram criadas baseando-se na forma de governança estabelecida na região do Cerrado Mineiro, a qual já havia sido estruturada no seu processo de organização, iniciado na década de 90. Assim, a região do Cerrado Mineiro serviu como modelo para a institucionalização do sistema de governança das Matas de Minas.

Portanto, foi a partir da atuação do Estado principalmente via IMA, do setor privado pela atuação do SEBRAE-MG, juntamente com um grupo de cafeicultores da região, representado principalmente pela SCAMG, que a busca pelo reconhecimento da IP foi viabilizada. Mesmo com todas essas frentes de trabalho atuando para reorganizar a cafeicultura na região, houve momentos de descompasso entre a ação do poder público, do setor privado e da sociedade. Como por exemplo, a forma em que o IMA publicou uma portaria visando reconhecer e registrar a IP. A Portaria nº773, de 12 de maio de 2006 (IMA, 2006) não seguiu o rito legal de reconhecimento de IG, ou seja, via INPI conforme estabelece a LPI.

Comerford (2003) menciona que a região não possuía longa tradição de organizações camponesas. Conforme o autor, houve algumas experiências de organização dos trabalhadores rurais nos anos sessenta, os quais não duraram até os anos setenta. Contudo, nota-se uma mudança no perfil da região pois as organizações mais antigas que permaneceram, se somaram às novas, como a SCAMG, e participaram do processo de reconhecimento da IP, como relata um entrevistado:

[...] a gente fala que nós temos as cooperativas de crédito que normalmente não participam muito, mas aqui tivemos uma participação muito efetiva delas, junto os sindicatos, mas eu acho que isso aí foi construtivo, foi muito importante... (Entrevista realizada com um participante do processo de reconhecimento da IP em 01/09/2021).

Neste contexto, mesmo os casos de organização social entre proprietários ou entre os trabalhadores na cafeicultura da região sendo escassos, os que existem foram importantes para legitimar o processo. Assim, afirma-se que a ação econômica em estudo não foi regida pelo *homo economicus*, pois esteve imersa numa rede de relações sociais. Por isso, subjacente à criação de um conjunto de instituições que reger o processo de reconhecimento da IP, existiu uma rede de relações sociais que proveram as oportunidades e o capital social necessário para estruturar a ação econômica.

Logo, a organização da cadeia do café das Matas de Minas, mesmo recente, tem-se mostrado importante estratégia para combater o oportunismo e a ação dos intermediários, bem como promover a reconstrução da reputação do território. Porém, nota-se ainda um baixo nível de confiança principalmente entre os cafeicultores. Conforme retratado por Singulano (2016, p. 25), são os intermediários,

principalmente atravessadores e corretores de café são quem “controlam os mecanismos de avaliação e produção da qualidade e com isso constroem regimes sociais específicos de coordenação das transações”. Assim, o esforço de alguns atores para criar novos laços de confiança entre os produtores de café e os órgãos que sustentam essa nova forma de organização é fundamental para coibir a ação de *freeriders* e oportunistas.

4.2 A rede social organizadora do território e os processos de desenvolvimento rural

Na Tabela 1, estão apresentados os indicadores quantitativos da rede social como: o número de conexões, atores e densidade. A rede estudada gerou um total de 24 nós, indicando que cada “nó” pode tecer 23 “laços” ou conexões. A densidade geral obtida na análise da rede foi de 0,19, apontando para uma estrutura pouco coesa. Pois, das 552 conexões que poderiam ser realizadas, cerca de 19,0% delas foram estabelecidas dentro da estrutura de relações. Com baixo grau de reciprocidade, cerca de 28,6%, a rede apresentou que dos 105 laços estabelecidos somente 30 foram recíprocos.

A baixa coesão da rede social impacta negativamente na troca de informações, cooperação e fluxo de ideias, bem como no desenvolvimento de formas de resolver os problemas. A troca de informação fica restrita a um grupo fechado de atores, como foi observado nas etapas de campo.

Tabela 1 - Indicadores da rede social IP Matas de Minas.

Rede Social IP Matas de Minas	Indicadores
Atores (nodes)	24,00
Densidade geral	0,19
Número de laços (ties)	105,00
Desvio padrão	0,39
Grau médio	4,38
Alfa	0,85

Fonte: os autores.

A cooperação é afetada pois as informações não alcançaram atores com potencial cooperativo, ou seja, diminui o grau de capital social e conseqüentemente a existência de oportunidades na rede. Da mesma forma, o fluxo de informações é afetado negativamente o que proporciona a existência tanto de informações incompletas como de informações redundantes, diminuindo a capacidade de solução de problemas dos atores.

A Tabela 2, a seguir, apresenta os graus de centralidade dos atores na rede. Notou-se, a partir da sua análise, um grupo mais ativo que possui relações recíprocas e outro grupo mais periférico, no qual as relações são menos densas.

Tabela 2 – Centralidade de atores (*Outdegree-Indegree*).

Ator	Grau de saída (<i>Outdegree</i>)	Grau de entrada (<i>Indegree</i>)	Grau de saída normalizado (<i>nOutdegree</i>)	Grau de entrada normalizado (<i>nIndegree</i>)
Ator 01	3,000	12,000	130	522
Ator 02	13,000	6,000	565	261
Ator 03	10,000	4,000	435	174
Ator 04	16,000	10,000	696	435
Ator 05	6,000	4,000	261	174
Ator 06	2,000	2,000	87	87
Ator 07	12,000	0,000	522	0
Ator 08	7,000	6,000	304	261
Ator 09	0,000	4,000	0	174
Ator 10	0,000	7,000	0	304
Ator 11	3,000	7,000	130	304
Ator 12	8,000	7,000	348	304
Ator 13	0,000	7,000	0	304
Ator 14	7,000	4,000	304	174
Ator 15	0,000	6,000	0	261
Ator 16	0,000	1,000	0	43
Ator 17	0,000	1,000	0	43
Ator 18	1,000	0,000	43	0
Ator 19	12,000	3,000	522	130
Ator 20	0,000	3,000	0	130
Ator 21	0,000	1,000	0	43
Ator 22	0,000	2,000	0	87
Ator 23	0,000	6,000	0	261
Ator 24	5,000	2,000	217	87

Fonte: os autores

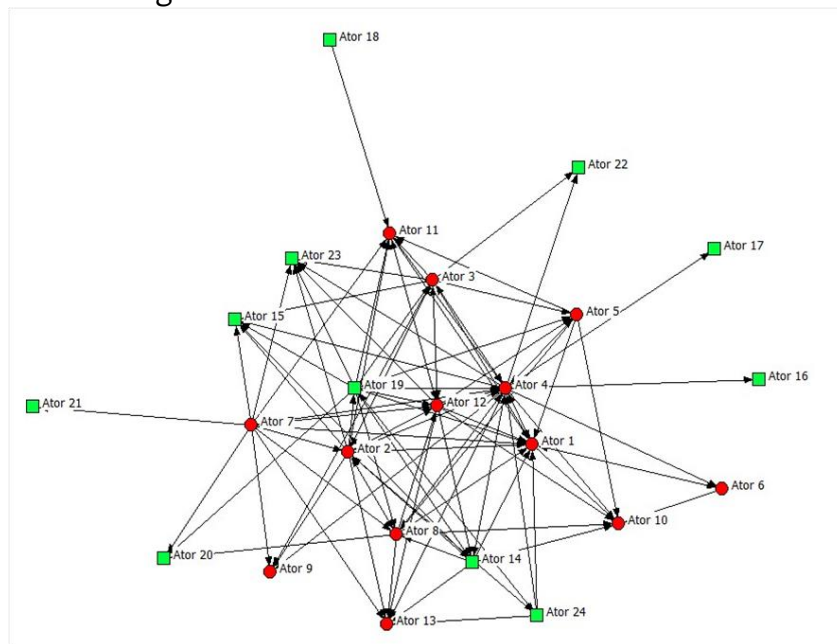
A partir da análise foi observado que os nós (Ator 4, Ator 2, Ator 7 e Ator 19) apresentaram maior *outdegree*, ou seja, são os que mais citam outros. Assim eles possuem maior conectividade ou estão mais ativos na rede. Já os atores que apresentaram maior *indegree* foram o Ator 4 e o Ator 1, ou seja, aqueles mais citados nas entrevistas e nos questionários.

O *indegree* representa o número de vezes que determinado ator é lembrado pelos outros dentro da rede. Assim, o Ator 1 possuiu o maior *indegree* (12,000), evidenciando, portanto, a alta capacidade dele de se relacionar com outros atores. Já

o Ator 7 possui *indegree* no valor 0,000 e um alto *outdegree* (12,000), o que indica sua participação, ou seja, é pouco lembrado pelos demais. Confirmando essa análise, a revisão das entrevistas apresentou a mesma dinâmica, ou seja, os atores mais atuantes que são lembrados mais vezes, também são mais citados nas entrevistas.

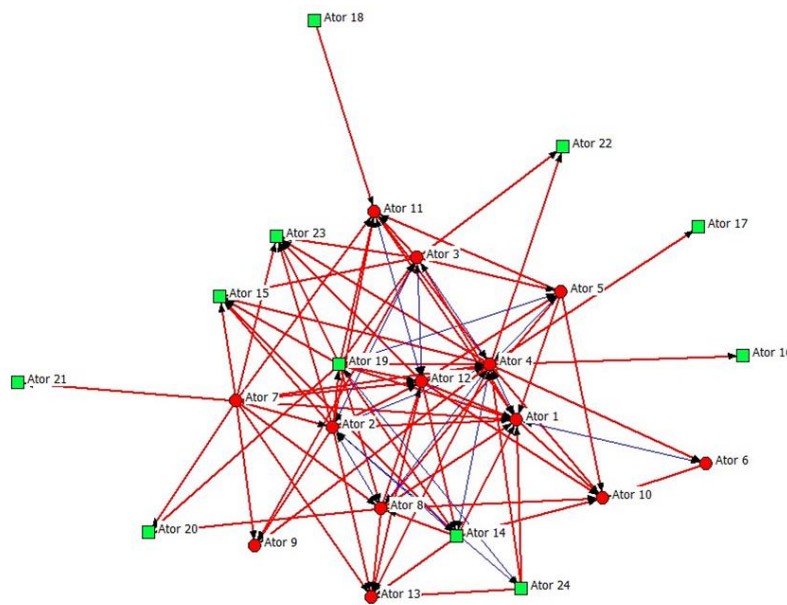
A Figura 2 apresenta um grafo da rede social estudada, mostrando que a mesma é relativamente pequena dada a quantidade de produtores localizados na região (35 a 40 mil produtores) e sua extensão geográfica. Todavia, existe uma grande quantidade de atores e organismos que se comunicam por meio dos vários processos de reconhecimento de IGs no Brasil.

Figura 2 – Rede Social da IP Matas de Minas.



Fonte – os autores.

Figura 3 - Reciprocidade dos atores da rede social IP Matas de Minas.



Fonte – os autores.

Com base na Tabela 2 e o grafo da Figura 3, a seguir, evidencia-se o baixo grau de reciprocidade da rede, pois, observando que o Ator 7 fez 12,000 conexões *outdegree* e nenhuma conexão *indegree*, ou seja, ele cita 12 outros atores e não é citado por nenhum.

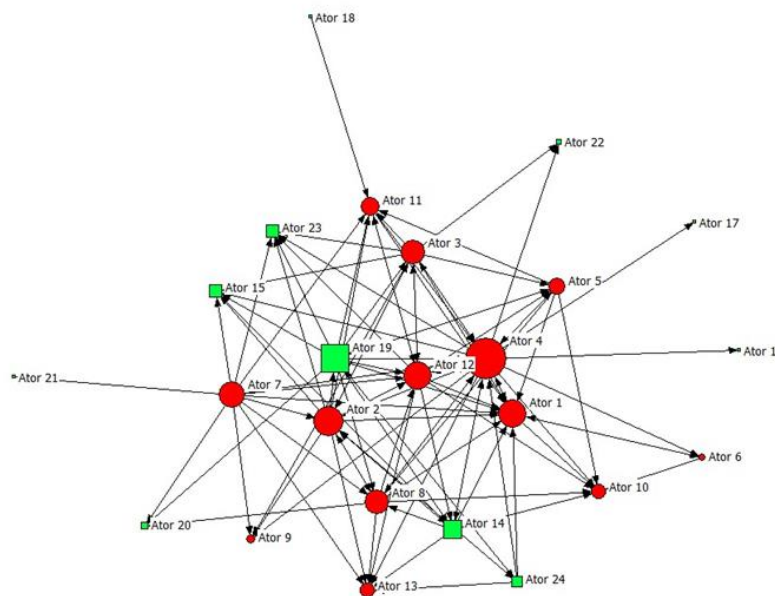
Assim, afirma-se que esse ator possui baixo grau de prestígio, como sugere Higgins e Ribeiro (2018). Assim, o Ator 7 tem alto grau de iniciativa e baixo grau de prestígio e popularidade, demonstrando que ele reconhece muitos atores, mas é reconhecido por poucos, ou nenhum, como ocorre neste caso. Esse é justamente o exemplo de um ator que entrou no decorrer do processo, e que solicitou sua entrada, não estando presente desde o início.

Conforme apresentado, numa análise mais atenta do grafo da Figura 3, observa-se o baixo grau de reciprocidade das conexões, ou seja, um ator se conecta a outro e este não retribui a conexão. Assim, afirma-se que essa rede tem uma estrutura frágil, pois existem poucos atores com grande capacidade de tecer relações recíprocas. Porém, a quantidade de atores que possuem capacidade de tecer relações é pequena, o que diminui a oferta de oportunidades para o grupo.

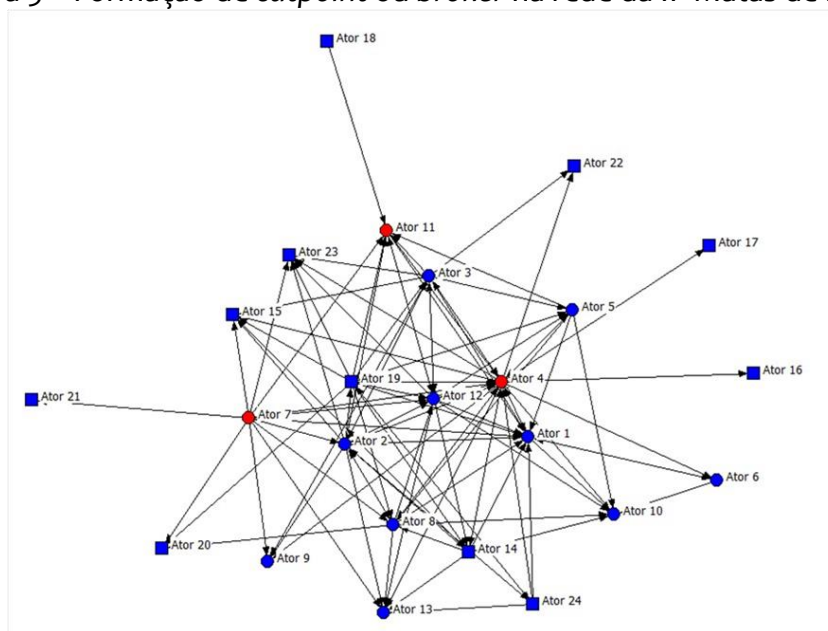
No grafo da Figura 4, que apresenta o grau de prestígio, nota-se que o Ator 4 possui o maior grau de prestígio, juntamente com o Ator 19.

Como é possível notar no comportamento das pessoas representadas pelos nós das Figuras (2,3 e 4), o Ator 4 é fundamental, o que o torna um influenciador, como pode ser observado no grafo da Figura 5. A análise geral mostra como a rede está centralizada em poucos atores (Ator 1, Ator 2, Ator 4, Ator 12 e Ator 19). Além disso, evidencia-se no grafo da Figura 5, o Ator 7 mesmo com baixo prestígio, se torna um *cutpoint*, ou seja, ponto com capacidade para dividir a estrutura (Higgins; Ribeiro, 2018).

Figura 4 – Grau de prestígio dos atores da rede da IP Matas de Minas.



Fonte – os autores.

Figura 5 – Formação de *cutpoint* ou *broker* na rede da IP Matas de Minas.

Fonte – os autores.

No ER analisado, representado pelos grafos, observa-se que existem poucos atores destacando o grau de conectividade, capazes de formar *cutpoint* ou *broker* (Higgins e Ribeiro, 2018). Os autores explicam que a existência desse tipo de conectividade é capaz de dividir uma estrutura conectada de maneira frágil. Portanto, a baixa quantidade de atores capazes de formar *cutpoint* ou *broker* demonstra uma estrutura reticular coesa. Contudo, uma rede com baixa coesão está sujeita à ruptura dos laços com a saída de algum ator (Brand, 2015), o que não é o caso da rede em questão. Uma vez que a partir da análise das entrevistas e dos questionários aplicados, mesmo com o registro da IP, se manteve estruturada.

A medida de centralidade que define o poder dentro de uma estrutura, não necessariamente representa o real poder dentro da rede. Portanto, o grafo da Figura 4 apresenta um comparativo de poder à medida que são reconhecidos ou reconhecem outros atores. Como pôde ser notado, o Ator 4, mesmo possuindo mais prestígio e sendo fundamental na rede, na realidade representa pouco poder.

Por outro lado, não foi possível observar muitos laços do tipo “ponte” entre componentes com conectividade baixa. Esses tipos de laços, conforme Wasserman e Faust (1994), são caracterizados como os mais críticos da estrutura reticular, pois o seu rompimento pode causar a fragmentação da rede. Além disso, a rede se constituiu principalmente por laços fortes e relações fechadas. Conforme Higgins e Ribeiro (2018, p. 100), essa condição “degenera a informação que circula numa rede, pois a torna repetitiva” enquanto que os “laços fracos” são responsáveis por diminuir a redundância da informação na rede, aumentando as oportunidades dos atores (Granovetter, 1973).

5 Conclusão

A literatura analisada sobre a região das Matas de Minas e a organização do setor cafeeiro proporcionou meios para confirmar que existe baixo grau de

organização social, política e econômica no local. Contudo, há uma produção de café considerável; e mesmo com o baixo aporte tecnológico e permanência de agricultores tradicionais tem apresentado bons resultados. Neste contexto, a NSE se torna eficiente para explicar como a ação econômica de produzir café está imersa na rede de relações sociais locais, mesmo sendo uma produção ineficiente do ponto de vista do *mainstream* econômico. A literatura também ajudou a explicar como as mudanças no perfil dos consumidores impulsionada pela necessidade de sistemas produtivos mais sustentáveis, levaram a região se despontar como local de origem de cafés especiais.

A revisão documental comprovou que houve participação tanto do setor público como do setor privado e das organizações sociais e produtivas no processo de reconhecimento da IP. O poder público de Minas Gerais, representado pela EMATER, EPAMIG e IMA, foi precursor do processo, quando assumiu parte da política cafeeira dentro do estado. O SEBRAE-MG despontou como liderança no reconhecimento da IP ao buscar parcerias para criar sistemas de coordenação e organização da cadeia produtiva da região, junto ao Centro de Excelência em Café (CEC) e a UFV. A SCAMG materializou o interesse dos agricultores e sua força para fazer transbordar os resultados da cafeicultura das Matas de Minas. Assim, foi a partir da organização dessas entidades que se criou o CECMM, a marca coletiva “Região das Matas de Minas” e da IP Matas de Minas.

Os atores entrevistados reportaram que a busca por formas de contribuir com a cafeicultura e a sociedade local, foi o instrumento norteador do processo. Portanto, houve a contribuição de diversas pessoas que buscam além do fim econômico, a contribuição com a sociedade, pois visavam melhorar a qualidade do café e serem reconhecidos não mais pela má qualidade, ou vinculado a outros locais. Passando a ser reconhecida pela sua identidade local.

A análise da rede social contribuiu para estudar a posição e as relações sociais que cada ator teve durante o processo de reconhecimento da IP. Observou-se a existência de atores mais participativos e outros menos, porém todos se consideram engajados na rede. A rede social analisada é pequena e incipiente se comparada ao tamanho da região e o número de pessoas envolvidas na cafeicultura local. Contudo, sua análise permitiu verificar que o processo de reconhecimento da IG é capaz de estruturar uma rede social que pode fortalecer o território. Logo, nota-se o potencial que uma rede social bem estruturada tem em contribuir com o desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS

ANJOS, F. S.; CRIADO, E. A.; CALDAS, N. V. Indicações Geográficas e desenvolvimento territorial: um diálogo entre a realidade Europeia e Brasileira. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 207–236, jan./mar. 2013. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000100009> .

ANJOS, F. S.; DA SILVA, F. N.; CALDAS, N. V. Indicações geográficas, capital social e desenvolvimento territorial. **Revista Redes**. 25, n. 2, p. 721-743, maio/ago. 2020. <https://doi.org/10.17058/redes.v25i2.9636>.

BOWEN, S. Las Indicaciones Geográficas, la globalización y el desarrollo territorial: el caso del Tequila. **Revista Agroalimentaria**. Caracas, v. 18, n. 34, p. 91–103, 2012.

BORGATTI, S. P. **Netdraw network visualization**. Harvard, MA: Analytic Technologies, 2002.

BORGATTI, S. P.; EVERETT, M. G.; FREEMAN, L. C. **Ucinet for Windows**: software for social network analysis. Harvard, MA: Analytic Technologies, 2002. Disponível em: <http://www.analytictech.com/archive/ucinet.htm> . Acesso em: 23 fev. 2020.

BRAND, F.C. **A influência de propriedades estruturais e relacionais da rede social e de características cognitivas na transferência de conhecimentos: estudo em uma rede de cooperação**. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, p. 1–190, 2015.

BRASIL. **Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970**. Cria o Instituto Nacional da Propriedade Industrial e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, [1970]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5648.htm. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994**. Promulga a ata final que incorpora os resultados da Rodada Uruguaí de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, [1994]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1355.htm . Acesso em: 25 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm . Acesso em: 21 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 99.240, de 07 de maio de 1990**. Dispõe sobre a extinção de autarquias e fundações públicas, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, [1990]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99240.htm. Acesso em: 23 fev. 2024.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 95, de 28 de dezembro de 2018**. Estabelece condições para o registro de Indicações Geográficas. Brasília: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Instituto Nacional de Propriedade Industrial, [2018]. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/backup/centrais-de-conteudo/legislacao/IN0952018.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2024.

BRUCH, K. L. **Signos Distintivos De Origem: Entre o Velho e o Novo Mundo Vitivinícola**. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito,

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 1–277, 2011.

CARNEIRO, P. A. S. **Do sertão ao território das Minas e das Gerais: entradas e bandeiras, política territorial e formação espacial no período colonial**. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 1–392, 2013.

CAZELLA, A. A; PAULA, L. G. N. de; MEDEIROS, M.; TURNES, V. A. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. **Revista REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 49-74, set./dez., 2019. <https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.14118>.

CERDAN, C. Valorização dos produtos de origem e do patrimônio dos territórios rurais do sul do Brasil: contribuição para o desenvolvimento rural sustentável. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 8, n. 14, p. 277–300, out. 2009. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2009v8n14p277>.

COMERFORD, J. C. **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. Acompanhamento da safra brasileira. Café. Safra 2024, 1º levantamento. v. 11, n. 1, 2024. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>. Acesso em 26 fev. 2024.

DA SILVA, C. R.; RIBEIRO, T. de C.; DE SOUSA, P. P.; DE SOUSA, T. R.; DA MATA, R. S.; DE OLIVEIRA, M. P. L.; VIEIRA, H. R. A.; Nunes-Silva, L. Indicações Geográficas nas regiões brasileiras: uma estratégia de proteção e desenvolvimento local. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, Curitiba, v. 22, n. 2, e3073, 2024. <https://doi.org/10.55905/oelv22n2-002>.

DEMIER, A. D. M.; OLIVEIRA; D. C. de; JESUS, C. M. de; MAKISHI, F. A construção social da Indicação Geográfica para o mel de aroeira no norte de Minas Gerais: uma análise sobre atores e processos. **Revista Cerrados**. Montes Claros, v. 18, n. 2, p. 227–253, jul./dez. 2020. <https://doi.org/10.46551/rc24482692202016>.

EMIRBAYER, M; GOODWIN, J. Network analysis: culture and the problem of agency. **American Journal of Sociology**, Chicago, v.99, n. 6, p. 1411-1454, maio, 1994.

FIALHO, J. Pressupostos para a construção de uma sociologia das redes sociais. **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. Porto, v. XXIX, p. 59–79, out. 2015.

FREIRE, J; ANDRADE, V. F. S. de. Produção de alimentos, cafeicultura e escravidão na Zona da Mata mineira, século XIX. **Patrimônio e História**. Assis, v. 15 n. 1, p. 134-157, jan./jun. 2019.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Ed. 4 - São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, L. A. da S.; BEZERRA, M. das G. F.; ALMEIDA, B. de A. Potencial de Indicações Geográficas na Bahia: O caso das flores e plantas ornamentais de Maracás/Ba. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador, BA, v. 3, n. 47, p. 404-420, dez., 2020. <http://dx.doi.org/10.36810/rde.v3i47.7057>.

GRANOVETTER, M. The Strength of Weak Ties. **American Journal of Sociology**. Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, maio 1973.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-eletrônica**, São Paulo, v. 6, n. 1, jan./jun. 2007.

GRANOVETTER, M.; SWEDBERG, R. **The Sociology of Economic life**. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1992.

HIGGINS, S. S.; RIBEIRO, A. C. A. **Análise de redes em Ciências Sociais**. Brasília: Enap, 2018.

INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA. Governo do Estado de Minas Gerais. Portarias. **Portaria nº 165, de 27 de abril de 1995**. Delimita regiões produtoras de café do estado de Minas Gerais para a instituição do certificado de origem. Belo Horizonte: IMA, 1995. Disponível em: <https://www.ima.mg.gov.br/index.php?preview=1&option=com_dropfiles&format=&task=frontfile.download&catid=1678&id=17696&Itemid=100000000000> . Acesso em: 23 fev. 2024.

INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA. Governo do Estado de Minas Gerais. Portarias. **Portaria nº 397, de 21 de julho de 2000**. Altera a delimitação das regiões produtoras de café do estado de Minas Gerais para a instituição do Certificado de Origem e Qualidade. Belo Horizonte: IMA, 2000. Disponível em: <https://www.ima.mg.gov.br/index.php?preview=1&option=com_dropfiles&format=&task=frontfile.download&catid=1822&id=18904&Itemid=100000000000> . Acesso em: 23 fev. 2024.

INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA. Governo do Estado de Minas Gerais. Portarias. **Portaria nº 401, de 24 de agosto de 2000**. Altera o anexo único da Portaria nº 397, de 21 de julho de 2000. Belo Horizonte: IMA, 2000. Disponível em: <https://www.ima.mg.gov.br/index.php?preview=1&option=com_dropfiles&format=&task=frontfile.download&catid=1822&id=18908&Itemid=100000000000> . Acesso em: 23 fev. 2024.

INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA. Governo do Estado de Minas Gerais. Portarias. **Portaria nº 437, de 23 de maio de 2001**. [Sem ementa]. Belo Horizonte: IMA, 2001. Disponível em: <https://www.ima.mg.gov.br/index.php?preview=1&option=com_dropfiles&format=&task=frontfile.download&catid=1677&id=17322&Itemid=100000000000> . Acesso em: 23 fev. 2024.

INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA. Governo do Estado de Minas Gerais. Portarias. **Portaria n ° 773, de 12 de maio de 2006**. Institui Indicação Geográfica protegida e marca geográfica na região das matas de minas no âmbito do Programa Mineiro de Incentivo a Certificação de Origem e Qualidade do Café - CERTICAFÉ. Belo Horizonte: IMA, 2006. Disponível em: <https://www.ima.mg.gov.br/index.php?preview=1&option=com_dropfiles&format=&task=frontfile.download&catid=1664&id=16842&Itemid=100000000000> . Acesso em: 23 fev. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). Indicações Geográficas, Seção IV. **Revista da Propriedade Industrial-RPI**, Rio de Janeiro, RJ. n. 2606, 15 de dezembro de 2020. Disponível em: <http://revistas.inpi.gov.br/rpi/> . Acesso em 25 fev. 2024.

MACHADO, B. N. M. **História do café das Matas de Minas**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2017.

MARQUES, E. Os mecanismos relacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 22, n. 64, p. 157–161, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000200013> .

MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informação. **Revista Ciência da Informação**. Brasília: v. 30, n. 1, p.71 - 81, 2001.

MASCARENHAS, G.; WILKINSON, J. Indicações geográficas em países em desenvolvimento: Potencialidades e desafios. **Revista de Política Agrícola**. Brasília, Ano XXIII, n. 2, p. 103-115, abr./maio/jun. 2014

MATOS, K. F. S.; BRAGA, M. J. Impulsionadores da competitividade em indicação geográfica: um estudo sobre café em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**. Curitiba, v. 12, n. 2. 2023. <http://dx.doi.org/10.3895/rbpd.v12n2.15645>

MINAS GERAIS. Decreto nº 38.559, de 17 de dezembro de 1996. Cria o Programa Mineiro de Incentivo à Certificação de Origem do Café - CERTICAFÉ, e dá outras providências. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1996]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/38559/1996/?cons=1> . Acesso em: 23 fev. 2024.

MINASSE, M. H. S. G. G. Patrimônio alimentar, patrimônio turístico: potencialidades regionais a partir do reconhecimento formal de saberes e produtos alimentícios. **Práticas Alimentares, Memórias e Mobilidades**. Curitiba. v. 15, n. 28. 2023. <https://doi.org/10.15210/rmr.v15i28.23909>

MIZRUCHI, M. S. Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. **RAE**, São Paulo, v. 46, n. 3, p. 72–86, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0034->

75902006000300013.

MOREIRA, V. **O governo de Baco: A organização institucional do Vinho do Porto**. Edições Afrontamento: Lisboa, 1998.

NIEDERLE, P. A. Desenvolvimento, instituições e mercados agroalimentares: os usos das indicações geográficas. **Desenvolvimento Regional em Debate**, Canoinhas, v. 4, n. 2, p. 21–43, jul./dez. 2014. <https://doi.org/10.24302/drd.v4i2.670>.

NIEDERLE, P. A.; MASCARENHAS, G. C. C.; WILKINSON, J. Governança e institucionalização das indicações geográficas no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 55, n. 1, p. 85–102, 2017. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550105>.

NUNES, G. S.; BANDEIRA, M. G. A.; NASCIMENTO, J. S. Indicações Geográficas (IGs): Instrumento de desenvolvimento sustentável. **Revista GEINTEC**. São Cristóvão, v. 2, n. 4, p. 344–352, jul./dez. 2012. D.O.I.: 10.7198/S2237-0722201200040002.

PELLIN, V. Indicações Geográficas e desenvolvimento regional no Brasil: a atuação dos principais atores e suas metodologias de trabalho. **Interações**, Campo Grande, v. 20, n. 1, p. 63–78, jan./mar. 2019. <https://doi.org/10.20435/inter.v20i1.1792>.

PEROSA, B. B.; JESUS, C. M. de; ORTEGA, A. C. Associativismo e Certificação na Cafeicultura Mineira: um estudo do Café do Cerrado e do Café da Mantiqueira de Minas. **Economia-Ensaios**. Uberlândia, v. 32, n. 1, p. 36–64, jul./dez. 2017. <https://doi.org/10.14393/REE-v32n1a2017-2>.

PIRES, A. Minas Gerais e a cadeia global da “commodity” cafeeira – 1850/1930. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, v. 3, n. 2, p. 139–194, maio/ago. 2007. <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v3i2.12>

POLANYI; K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de Fanny Wrabel. ed. 2. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRADO, F. H.; MILANO, M. Z; DORTZBACH, D.; CAZELLA, A. A.; DESCONSI, C. O processo social de construção de indicação geográfica: desenvolvimento territorial sustentável no Planalto Norte Catarinense. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, PR. Vol. 59, p. 110-133, jan./jun. 2022. DOI: 10.5380/dma.v59i0.76293.

RATI, F. R. S. N. **O café Brasileiro: um panorama do setor e suas tendências para o setor**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015.

SANTIAGO, D. G.; BATISTA JÚNIOR, E. A.; GASPAR, L. C. M.; SARAIVA, P. M. Ministério da Agricultura e o fomento às Indicações Geográficas no Brasil. In: VIEIRA, A. C. P.; LOURENZANI, A. E. B. S.; BRUCH, K. L.; LOCATELLI, L.; GASPAR, L. C. M (Org.). Indicações Geográficas, Signos Coletivos e desenvolvimento local/regional: Volume

2. Erechim: Deviant, p. 73-96, 2019.

SEBRAE. Panorama das IGs brasileiras registradas. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZDA2MDkoM2YtYjBmYSooZTFjLThiOWQtOGI1ZDQoMTA3YWExliwidCI6Ijk3Mjk4MjcxLTFiZDctNGFjNSo5MzVlTg4YWWRkZWY2MzZjYyIsImMiOjR9>> . Acesso em 21 fev. de 2024.

SILVA, F. N. da; ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V.; PALLNOW, G. E. Desafios à institucionalização das indicações geográficas no Brasil. **Revista Desenvolvimento Regional em debate**, Canoinhas, v. 2, n. 2, p. 31-44, nov. 2012. <https://doi.org/10.1590/S0103-84782013005000112>.

SINGULANO, M. A. A. **Desregulamentação e mudança institucional no mercado de café: um estudo de caso na região das Matas e Minas**. Tese (Doutorado em Sociologia) Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 1-262, 2015.

SINGULANO, M. A. A. Um mercado controlado por intermediários: padrões de qualidade e formas de coordenação das transações em uma região produtora de café em Minas Gerais. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. 33, maio/ago. 2016. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15n33p11>.

SINGULANO, M. A. A; HIGGINS, S. S. Formas de adaptação de produtores de café à liberalização mercantil: proposta de uma tipologia analítica a partir de um estudo de caso na região das Matas de Minas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, jun./set., 2021. <https://doi.org/10.36920/esa-v29n2-2>

SOARES, J. M. **Das Minas às Gerais: um estudo sobre as origens do processo de formação da rede urbana da Zona da Mata mineira**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 1-235, 2009.

SOUZA, M. C. M. **Cafés sustentáveis e denominação de origem: a certificação de qualidade na diferenciação de cafés orgânicos, sombreados e solidários**. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 1-177, 2006.

TÁPIAS, B. Indicações Geográficas como instrumento de política de valorização de produtos agropecuários: o papel do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. In: LAGES, V.; LAGARES, L.; BRAGA, C. L. (Org.). **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios**. Brasília: SEBRAE, p. 23-30, 2005.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social network analysis: methods and applications**. New York: Cambridge University Press, 1994.

VALE, G. M. V. Redes organizacionais e desenvolvimento territorial. **Revista REDES**,

Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 3, p. 74–98, set./dez. 2007.
<https://doi.org/10.17058/redes.v12i3.217>.

VALVERDE, O. Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. XX, n. 1, p. 03–82, jan./mar. 1958.

VELOSO, C. Q. **Indicação geográfica e desenvolvimento territorial sustentável: a atuação dos atores sociais nas dinâmicas de desenvolvimento territorial a partir da ligação do produto ao território (um estudo de caso em Urussanga, SC)**. Dissertação (Mestrado em Agrossistemas) – Programa de Pós-graduação em Agrossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

VENÂNCIO, M. F. D.; CONCEIÇÃO, V. S. da; SILVA, D. T.; PIAU, D. D. N.; ARAÚJO, M. L. V.; SILVA, M. S. Indicações geográficas e suas contribuições para as políticas públicas regionais. **Revista GeSec**, São Paulo. v. 14, n.9, p. 15482-15499, 2023.
<https://doi.org/10.7769/gesec.v14i9.2804>.

VIANNA, L. F.; PANDOLFO, C. Indicações Geográficas no Brasil: uma análise de pós IG. **Revista INGI – Indicação Geográfica e Inovação**, Aracaju, v. 5, n. 2, p.1259-1273, abr./maio/jun. 2021.

VIEIRA, A. C. P.; PELLIN, V. As indicações geográficas como estratégia para fortalecer o território – o caso da Indicação de Procedência dos Vales da Uva de Goethe. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 13, n. 30, p. 155–174 abr./jun. 2015.
<https://doi.org/10.21527/2237-6453.2015.30.155-174>.

VITORETTO, B. N. **Fronteiras do Café na Zona da Mata Mineira**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, p. 1–232, 2016.

Gustavo Bastos Braga. Doutor. Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professor. Universidade Federal de Viçosa. Edifício Edson Potsch Magalhães - R. Purdue, s/n Campus Universitário, CEP-36570900 - Viçosa, MG - Brasil. gustavo.braga@ufv.br

Gonimar Venancio Teixeira Marques. Doutorando. Universidade Federal de Viçosa (UFV). Estudante. Universidade Federal de Viçosa. Edifício Edson Potsch Magalhães - R. Purdue, s/n Campus Universitário, CEP-36570900 - Viçosa, MG - Brasil. gonimar.marques@ufv.br

Submetido em: 29/02/2024

Aprovado em: 06/05/2026

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Conceituação (Conceptualization): Gustavo Bastos Braga; Gonimar Venancio Teixeira Marques

Curadoria de Dados (Data curation): Gustavo Bastos Braga

Análise Formal (Formal analysis): Gustavo Bastos Braga

Investigação/Pesquisa (Investigation): Gonimar Venancio Teixeira Marques

Obtenção de Financiamento (Funding acquisition): Gustavo Bastos Braga

Metodologia (Methodology): Gustavo Bastos Braga; Gonimar Venancio Teixeira Marques

Administração do Projeto (Project administration): Gustavo Bastos Braga

Recursos (Resources): Gustavo Bastos Braga

Software: Gustavo Bastos Braga; Gonimar Venancio Teixeira Marques

Supervisão/orientação (Supervision): Gustavo Bastos Braga

Validação (Validation): Gustavo Bastos Braga

Visualização (Visualization): Gustavo Bastos Braga; Gonimar Venancio Teixeira Marques

Escrita – Primeira Redação (Writing – original draft): Gustavo Bastos Braga; Gonimar Venancio Teixeira Marques

Escrita – Revisão e Edição (Writing – review & editing): Gustavo Bastos Braga; Gonimar Venancio Teixeira Marques

Fontes de financiamento: Este trabalho teve auxílio financeiro da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.